

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

MANUAL DE DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL
CONTEMPORÂNEO



2ª edição

2020

saraiva **jur**

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-9/7057saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
 Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Amanda Mota Loyola
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Ferrino
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Mônica Gonçalves Dias

Projeto gráfico Fernanda Matajs
Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão PBA Preparação e Revisão de Textos
Capa Aero Comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Corprint

Pinho, Humberto Dalla Bernardina de

Manual de direito processual civil contemporâneo / Humberto Dalla Bernardina de Pinho. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
1544 p.Bibliografia
ISBN 978-85-536-1478-3 (impresso)

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

20-0036

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : leis : Processo Civil 347.9(81)(094)

Data de fechamento da edição: 18-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 806192 CAE 668992

Sumário

<i>Prefácio</i>	35
<i>Apresentação</i>	37
<i>Primeiras palavras</i>	39
PARTE I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	41
=====CAPÍTULO 1	
Direito processual: conceito, natureza e o acesso à Justiça	43
1.1 Considerações introdutórias	43
1.2 As formas clássicas de composição de litígios	44
1.2.1 Autodefesa (ou autotutela)	44
1.2.2 Autocomposição	46
1.2.3 Heterocomposição e juízo arbitral	47
1.2.4 Jurisdição/processo estatal	47
1.3 As formas contemporâneas de resolução de conflitos	48
1.3.1 Negociação	48
1.3.2 Conciliação e mediação	50
1.3.3 Arbitragem	51
1.4 Correntes unitarista e dualista da ciência processual	52
1.5 Movimentos de acesso à Justiça	54
1.5.1 O acesso à Justiça como aspecto do Estado de direito	54
1.5.2 A problematização da insuficiência do acesso à Justiça	55
1.5.3 O conteúdo do princípio do acesso à Justiça	57
=====CAPÍTULO 2	
Fontes do direito processual civil brasileiro	63

CAPÍTULO 3

Evolução histórica	69
3.1 Considerações gerais	69
3.2 O direito processual no Brasil Colônia	69
3.3 O processo durante o Império	71
3.4 O advento da República: dos Códigos Estaduais ao CPC/1939	72
3.5 O CPC/73 e as sucessivas reformas processuais durante as décadas de 1990 e de 2000	73
3.6 O processo legislativo do Novo Código de Processo Civil	78
3.7 O marco legal dos mecanismos adequados de resolução de conflitos ..	80
3.8 Perspectivas para as futuras alterações na legislação processual civil brasileira	83

CAPÍTULO 4

Princípios gerais do direito processual civil	87
4.1 Generalidades	87
4.2 Os princípios em espécie	88
4.2.1 Devido processo legal	88
4.2.2 Isonomia ou igualdade entre as partes	90
4.2.3 Contraditório e ampla defesa	93
4.2.4 Juiz natural	95
4.2.5 Inafastabilidade do controle jurisdicional	96
4.2.6 Publicidade dos atos processuais	98
4.2.7 Motivação das decisões judiciais	98
4.2.8 Impulso oficial do processo	100
4.2.9 Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos	100
4.2.10 Livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz ..	102
4.2.11 Economia processual	102
4.2.12 Duração razoável do processo	102
4.2.13 Cooperação	107
4.2.14 Conciliação	111
4.2.15 Duplo grau de jurisdição	111
4.3 A noção de processo justo e as garantias fundamentais	112
4.4 O impacto do CPC/2015 na principiologia constitucional processual ..	113

CAPÍTULO 5

A norma processual: interpretação e integração – eficácia no tempo e no espaço	123
5.1 Identificação da norma processual	123
5.2 Dimensão espacial e temporal da norma processual	124
5.3 Formas de interpretação da norma processual	129

5.4 Meios de integração	130
5.5 O impacto do neoconstitucionalismo e a nova hermenêutica	131

=====**CAPÍTULO 6**

Jurisdição; função jurisdicional – distinção das outras funções do Estado	135
6.1 Tentativas doutrinárias de conceituar e sistematizar o tema	135
6.2 Evolução histórica e as teorias clássicas da jurisdição	141
6.3 Elementos caracterizadores da jurisdição	148
6.4 Extensão e limites da jurisdição	152
6.5 Princípios da jurisdição	155
6.6 Classificações da jurisdição	158
6.7 A jurisdição voluntária	159
6.8 A desjudicialização	165
6.9 A jurisdição transnacional e a cooperação internacional	169
6.9.1 Noções sobre a jurisdição transnacional	169
6.9.2 A cooperação internacional e o CPG/2015	175
6.10 A jurisdição e a análise econômica do direito	178

=====**CAPÍTULO 7**

Órgãos da função jurisdicional: organização federal e estadual	181
7.1 Disciplina básica, funções e missão do Poder Judiciário	181
7.2 Órgãos do Poder Judiciário	184
7.3 A questão peculiar dos Juizados Especiais Cíveis	189

=====**CAPÍTULO 8**

Ação: conceito, natureza jurídica, espécies, condições para seu regular exercício e direito de defesa	195
8.1 Noção	195
8.2 Teorias acerca da natureza jurídica da ação	197
8.2.1 Teoria Imanentista, Civilista ou Clássica	197
8.2.2 Teoria do Direito Concreto de Ação (Teoria Concreta)	199
8.2.3 Teoria da Ação como Direito Potestativo	200
8.2.4 Teoria da Ação como Direito Abstrato	201
8.2.5 Teoria Eclética	201
8.3 Características	203
8.4 Conceito	204
8.5 Condições da ação	204
8.5.1 Noção	204
8.5.2 Condições genéticas	204
8.5.2.1 Legitimidade das partes: é a legitimidade <i>ad causam</i>	205
8.5.2.2 Interesse processual em agir	210

8.5.2.3	A exclusão da possibilidade jurídica do pedido do rol de condições para o regular exercício do direito de ação	212
8.5.3	Condições específicas	213
8.5.4	Aferição das condições da ação	214
8.6	Elementos da ação	215
8.6.1	Partes	215
8.6.1.1	Litisconsórcio	216
8.6.1.2	Intervenção de terceiros	217
8.6.2	Causa de pedir ou <i>causa petendi</i>	217
8.6.3	Pedido	218

CAPÍTULO 9

	Competência: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios de determinação, causas de modificação, incompetência e conflito de competência	221
9.1	Conceito e natureza jurídica	221
9.2	Princípios que regem a competência no direito brasileiro	222
9.3	Crítérios de determinação da competência	224
9.3.1	Competência internacional	224
9.3.2	Competência interna	228
9.4	Concretização da jurisdição	233
9.5	Incompetência absoluta e relativa	234
9.6	Causas de modificação da competência	236
9.6.1	Conexão	236
9.6.2	Continência	238
9.6.3	Inércia	239
9.6.4	Vontade das partes	239
9.7	Conflito de competência	240
9.8	Foros especiais	241
9.8.1	Foro do réu incapaz	242
9.8.2	Foro do guardião de incapaz	242
9.8.3	Foro do domicílio do alimentando	243
9.8.4	Foro para as ações de reparação de acidente de trânsito	243
9.8.5	Foro do domicílio do consumidor	244
9.8.6	Outras hipóteses	245
9.9	A competência nos Juizados Especiais Cíveis	246
9.10	Cooperação nacional	249

CAPÍTULO 10

	Sujeitos do processo. Partes. Litisconsórcio. Terceiros	251
10.1	Juiz: sujeito imparcial do processo	251
10.2	Demandante e demandado: sujeitos parciais do processo	252

10.2.1	Conceito	252
10.2.2	Litisconsórcio	254
10.2.3	Intervenção de terceiros	260
10.2.3.1	Assistência e demais formas de intervenção voluntária	261
10.2.3.2	Denúnciação da lide	270
10.2.3.3	Chamamento ao processo	275
10.2.3.4	O incidente de desconsideração de personalidade jurídica	276
10.2.3.5	O <i>amicus curiae</i>	284
10.2.3.6	Correção no polo passivo da demanda	289

CAPÍTULO 11

O advogado e o Estatuto da OAB. O defensor público		293
11.1	Princípios gerais da advocacia	293
11.2	Direitos e deveres do advogado	296
11.3	Advocacia Pública	303
11.4	Defensoria Pública	305

CAPÍTULO 12

O juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura		311
12.1	Disposições constitucionais	311
12.2	Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	314
12.3	Impedimentos e suspeições	324
12.4	Auxiliares da Justiça	327

CAPÍTULO 13

O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico		333
13.1	Origens e feição pré-Constituição de 1988	333
13.2	A natureza política do Ministério Público	336
13.3	O Ministério Público na Constituição de 1988	338
13.4	A participação do Ministério Público no CPC/2015	345
13.5	A polarização da atuação do Ministério Público nos direitos coletivos	356

CAPÍTULO 14

Processo: conceito, natureza jurídica e espécies		365
14.1	Noção	365
14.1.1	Processo, procedimento e autos	365
14.1.2	Funções atribuídas ao processo	366
14.2	Teorias sobre a natureza jurídica do processo	367
14.2.1	Teorias privatistas	367
14.2.1.1	Teoria do processo como um contrato	367
14.2.1.2	Processo como um quase contrato	368

14.2.2	Teoria da relação jurídica processual.....	369
14.2.3	Teoria do processo como situação jurídica.....	373
14.2.4	Teoria do processo como instituição.....	373
14.2.5	Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	374
14.2.6	Teoria do processo como categoria complexa.....	375
14.2.7	Teoria do processo como categoria jurídica autônoma.....	376
14.3	Conceito e natureza jurídica do processo.....	376
14.4	Classificação dos processos.....	377
14.4.1	Processo de conhecimento.....	377
14.4.2	Processo de execução.....	378
14.5	Classificação das sentenças.....	379

CAPÍTULO 15

Aspectos econômicos e éticos do processo.....		383
15.1	Aspectos econômicos.....	383
15.1.1	Noções gerais.....	383
15.1.2	Despesas processuais.....	384
15.1.3	Honorários advocatícios.....	385
15.1.3.1	Origem e natureza jurídica.....	385
15.1.3.2	Histórico dos honorários no ordenamento jurídico brasileiro.....	389
15.1.3.3	Inovações do CPC/2015 em relação aos honorários de sucumbência.....	390
15.1.3.4	Honorários de sucumbência: capítulo autônomo da sentença.....	395
15.1.4	Gratuidade de justiça.....	397
15.1.4.1	Regras gerais.....	397
15.1.4.2	Procedimento para a concessão e para a impugnação de gratuidade de justiça.....	399
15.2	Aspectos éticos do processo.....	400
15.2.1	Repressão à má-fé. Responsabilidade por dano processual.....	400
15.2.2	A cooperação como novo parâmetro ético dos sujeitos do processo.....	401

CAPÍTULO 16

Processo eletrônico.....		411
16.1	O processo eletrônico.....	412
16.2	O direito processual, a informática e o acesso à justiça.....	412
16.3	Histórico do processo eletrônico no Brasil.....	415
16.4	Princípios do processo eletrônico.....	419
16.4.1	Princípio da igualdade.....	420

16.4.2	Princípio do devido processo legal	420
16.4.3	Princípios do contraditório e da ampla defesa	421
16.4.4	Princípio da publicidade	422
16.4.5	Princípio da duração razoável do processo	425
16.4.6	Princípio do acesso à Justiça	425
16.4.7	Princípio da oralidade	426
16.4.8	Princípio da instrumentalidade das formas	427
16.4.9	Princípio da lealdade processual e da boa-fé	427
16.4.10	Princípio da celeridade	428
16.5	A Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006)	428
16.6	A Resolução n. 185/2013 do CNJ	434
16.7	Disposições sobre processo eletrônico no CPC/2015	436

CAPÍTULO 17

	Atos processuais. Teoria geral e espécies. Nulidades	439
17.1	Considerações iniciais	439
17.1.1	O novo paradigma do processo civil constitucional	439
17.1.2	Visão geral dos atos processuais	440
17.2	Espécies de atos processuais	441
17.2.1	Atos processuais praticados pelas partes	441
17.2.1.1	Atos postulatórios	442
17.2.1.2	Atos instrutórios	442
17.2.1.3	Atos dispositivos	442
17.2.1.4	Atos reais ou materiais	443
17.2.2	Atos processuais praticados pelos juízes	443
17.2.2.1	Atos praticados pelos juízes tendo como destinatárias as partes	443
17.2.2.2	Atos praticados pelo juízo tendo como destinatário outro juízo	450
17.3	Tempo	452
17.4	Lugar	453
17.5	Forma	454
17.5.1	Disposições gerais	454
17.6	Prazos	455
17.7	Princípios	459
17.7.1	Princípios aplicáveis aos atos processuais em geral	459
17.7.1.1	Princípio da liberdade das formas	459
17.7.1.2	Princípio da documentação	459
17.7.1.3	Princípio da publicidade	460
17.7.1.4	Princípio da celeridade	460
17.7.1.5	Princípio da efetividade	460

17.7.2	Princípios aplicáveis aos defeitos dos atos processuais.	460
17.7.2.1	Da causalidade	460
17.7.2.2	Da instrumentalidade das formas	460
17.7.2.3	Do prejuízo	461
17.7.2.4	Do legítimo interesse.	461
17.7.2.5	Da economia processual	461
17.7.2.6	Da preclusão.	461
17.7.2.7	Disposições suplementares	462
17.8	Defeitos.	463
17.8.1	Considerações iniciais.	463
17.8.2	Modalidades de atos processuais defeituosos	464
17.8.2.1	Ato inexistente	464
17.8.2.2	Ato nulo	464
17.8.2.3	Anulabilidade	466
17.8.2.4	Irregularidade.	466
17.8.2.5	Ineficácia.	467
17.8.3	Regramento imposto ao tema pelo CPC/2015	468
17.9	Convenções processuais	468
17.9.1	Aproximação ao tema	468
17.9.2	As convenções no CPC/2015.	473
17.10	Calendarização	481
17.11	Atos de distribuição e registro.	482
17.12	Atos relativos ao valor da causa.	483

CAPÍTULO 18

	Relação jurídica processual e pressupostos processuais.	485
18.1	Características da relação jurídica processual.	485
18.2	Objeto da relação jurídica processual	487
18.3	Pressupostos processuais	487

CAPÍTULO 19

	Objeto da cognição: questões prévias e mérito.	499
19.1	Questões	499
19.1.1	Questões prévias	500
19.1.1.1	Questão prévia preliminar.	500
19.1.1.2	Questão prévia prejudicial.	501
19.1.2	Questão principal	503

CAPÍTULO 20

	Tutela provisória	507
20.1	Observações introdutórias.	507

20.2	Regras gerais introduzidas pelo CPC/2015	507
20.3	Modalidades	510
20.3.1	Tutela de urgência	510
20.3.1.1	Disposições gerais	512
20.3.1.2	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	519
20.3.1.3	Questões controvertidas sobre a tutela antecipada antecedente	521
20.3.1.4	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	531
20.3.2	Tutela da evidência	534

CAPÍTULO 21

	Formação, suspensão e extinção do processo	539
21.1	Formação do processo	539
21.1.1	Noções gerais	539
21.2	Suspensão do processo	540
21.2.1	Noções gerais	540
21.2.2	Hipóteses de suspensão	541
21.2.2.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador	541
21.2.2.2	Convenção das partes	543
21.2.2.3	Arguição de impedimento ou de suspeição	544
21.2.2.4	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	544
21.2.2.5	Questão prejudicial	545
21.2.2.6	Por motivo de força maior	547
21.2.2.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	548
21.2.2.8	Nos demais casos que este Código regula	548
21.2.2.9	Nas hipóteses introduzidas pela Lei n. 13.363/2016	548
21.3	Extinção do processo	549
21.3.1	Noções gerais	549
21.3.2	Modalidades de extinção do processo sem resolução do mérito	549
21.3.2.1	Indeferimento da petição inicial	550
21.3.2.2	Negligência das partes por mais de um ano	551
21.3.2.3	Omissão do autor por mais de trinta dias	551
21.3.2.4	Ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento regular do processo	552
21.3.2.5	Perempção, litispendência e coisa julgada	552
21.3.2.6	Falta das condições da ação	552

21.3.2.7	Convenção arbitral	553
21.3.2.8	Desistência da ação	553
21.3.2.9	Intransmissibilidade da ação	554
21.3.2.10	Outros casos	554
21.3.3	Hipóteses de resolução do mérito	554
21.3.3.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	554
21.3.3.2	Prescrição e decadência	554
21.3.3.3	Reconhecimento do pedido pelo réu	555
21.3.3.4	Transação	555
21.3.3.5	Renúncia ao direito	555

PARTE II – PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PROCESSO DE CONHECIMENTO; PROCEDIMENTOS ESPECIAIS; PROCESSO DE EXECUÇÃO; PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 557

SEÇÃO I

Processo de Conhecimento	559
--------------------------	-----

CAPÍTULO 1

Procedimentos	559
1.1 Procedimento comum e especial	559
1.2 O procedimento sumário e a regra de transição do art. 1.046, § 1º, do CPC/2015	561

CAPÍTULO 2

Petição inicial	569
2.1 Princípios da iniciativa das partes e da inércia	569
2.2 Petição inicial	570
2.3 Requisitos da petição inicial	570
2.4 Emenda à inicial	577
2.5 Causa de pedir	578
2.6 Pedido	579
2.7 Indeferimento da inicial	586
2.8 Improcedência liminar do pedido	590

CAPÍTULO 3

Audiência de conciliação ou de mediação	593
3.1 Considerações gerais	593
3.2 Exame do art. 334 do CPC	598
3.3 Limites do acordo: os direitos indisponíveis não transacionáveis e o art. 3º, § 2º, da Lei de Mediação	604

CAPÍTULO 4

Respostas do réu e revelia	609
4.1 Introdução	609
4.2 Citação	609
4.2.1 Conceito	609
4.2.2 Litisconsórcio	611
4.2.3 Recebimento da inicial e determinação da intimação e citação do réu	611
4.2.4 Destinatários	612
4.2.5 Local	613
4.2.6 Impedimentos	613
4.2.7 Tempo da citação	614
4.2.8 Efeitos da citação	614
4.2.9 Modalidades	615
4.2.10 Citação: pressuposto processual ou condição de eficácia do processo em relação ao réu?	620
4.2.11 Sentença de mérito em processo sem a citação do réu	622
4.3 Espécies de defesa	623
4.3.1 Objeção	625
4.4 Matérias de defesa – impedimento e suspeição	626
4.5 Contestação	629
4.5.1 Requisitos e forma	629
4.5.2 Prazo	629
4.5.3 Princípio da concentração ou eventualidade	630
4.5.4 Ônus da impugnação especificada	635
4.6 Reconvencção	636
4.6.1 Cabimento	639
4.6.2 Ações dúplices	640
4.6.3 Forma	641
4.6.4 Prazo	641
4.6.5 Conexão	642
4.6.6 Ampliação subjetiva da demanda	642
4.7 Revelia	643

CAPÍTULO 5

Providências preliminares e saneamento	647
5.1 Não incidência dos efeitos da revelia	647
5.2 Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor	648
5.3 Alegações do réu	649

CAPÍTULO 6

Julgamento conforme o estado do processo	651
--	-----

6.1	Extinção do processo	651
6.2	Julgamento antecipado do mérito	652
6.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	653
6.4	Saneamento e organização do processo	654

CAPÍTULO 7

Audiência de instrução e julgamento	659
---	-----

CAPÍTULO 8

Provas	665
8.1 Noções gerais	665
8.2 Objeto e incidência	667
8.3 Natureza das normas sobre provas	668
8.4 Destinatários da prova	669
8.5 Classificação	669
8.6 Meios de prova	670
8.7 Ônus da prova	671
8.8 Provas ilícitas	679
8.9 Prova emprestada	681
8.10 Prova indiciária	684
8.11 Fases do procedimento probatório	685
8.12 Poderes probatórios do juiz	687

CAPÍTULO 9

Provas em espécie	689
9.1 Produção antecipada de provas	689
9.2 Ata notarial	692
9.3 Depoimento pessoal	693
9.4 Confissão	696
9.5 Exibição de documento ou coisa	699
9.6 Prova documental	700
9.7 Documentos eletrônicos	703
9.8 Prova testemunhal	704
9.9 Prova pericial	708
9.10 Inspeção judicial	713

CAPÍTULO 10

Sentença e coisa julgada	715
10.1 Introdução	715
10.1.1 Conceito de sentença	715
10.1.2 Classificação das sentenças	717
10.2 Disposições gerais	720

10.2.1	Sentenças que não resolvem o mérito	720
10.2.2	Sentenças que resolvem o mérito	733
10.3	Elementos e efeitos da sentença	735
10.3.1	Elementos essenciais da sentença	736
10.3.2	Efeitos da sentença	740
10.3.3	Princípio da demanda e princípio da congruência	741
10.3.4	Interpretação da sentença	743
10.3.5	O art. 493 do CPC	744
10.3.6	Correção	746
10.4	Remessa necessária	746
10.5	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	750
10.5.1	Disposições gerais	750
10.5.2	O cabimento das medidas estruturantes em obrigações de fazer descumpridas	752
10.5.3	O art. 498: obrigação de entregar coisa	759
10.5.4	O art. 501: declaração de vontade	759
10.6	Coisa julgada	760
10.6.1	Coisa julgada material e formal	761
10.6.2	Límites objetivos e subjetivos da coisa julgada	762
10.6.3	Fundamentos da coisa julgada	767
10.6.4	Preclusão	771
10.6.5	Regime especial da coisa julgada na ação civil pública	773

CAPÍTULO 11

	Liquidação de sentença	779
11.1	Aspectos gerais	779
11.2	Conceito de sentença e sua liquidação	782
11.3	Legitimidade para a liquidação de sentença	784
11.4	Modalidades de liquidação de sentença	785
11.4.1	Liquidação por arbitramento	786
11.4.2	Liquidação pelo procedimento comum	786
11.5	Liquidação de sentença penal condenatória e no processo coletivo	787

CAPÍTULO 12

	Cumprimento de sentença	789
12.1	Disposições gerais	789
12.2	Características	791
12.3	Princípios	792
12.4	Pressupostos	793
12.5	Atributos da obrigação a ser executada	794

12.6	Títulos executivos judiciais	795
12.6.1	Introdução e conceito dos títulos executivos	795
12.6.2	Classificação dos títulos executivos	795
12.6.3	Títulos executivos judiciais	796
12.6.4	O protesto da decisão judicial e demais disposições	800
12.7	Jurisdição e competência no cumprimento de sentença	803
12.7.1	Limites e controle da jurisdição	803
12.7.2	Competência	803
12.7.3	A competência dos tribunais nas causas de competência originária	804
12.7.4	Competência funcional	804
12.7.5	Competência para execução da sentença penal condenatória, da sentença arbitral, da sentença estrangeira e da decisão interlocutória estrangeira	805
12.8	Execução provisória e definitiva	807
12.9	Das espécies de cumprimento de sentença	809
12.9.1	Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	809
12.9.2	Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	810
12.9.2.1	Penhora e avaliação	813
12.9.2.2	Impugnação ao cumprimento de sentença	815
12.9.2.3	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V)	818
12.9.3	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	819
12.9.4	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	823
12.9.5	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer	826
12.9.5.1	Meios executivos	830
12.9.5.2	Astreintes	831
12.9.6	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	835
12.10	Regime especial do cumprimento de sentença na ação civil pública	836

SEÇÃO II

Procedimentos Especiais	841
-------------------------	-----

CAPÍTULO 1

Procedimentos de jurisdição contenciosa	841
1.1 Disposições gerais	841
1.2 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária	845

CAPÍTULO 2

Ação de consignação em pagamento	849
2.1 Noções gerais	849
2.2 Natureza do instituto da consignação	850
2.3 Natureza processual da ação de consignação	850
2.4 Prestações passíveis de consignação	851
2.5 Cabimento da consignação	851
2.6 Pressupostos para o pagamento em consignação	853
2.7 Liquidez da prestação devida	853
2.8 Consignação principal e incidental	854
2.9 Consignação em pagamento de título cambiário e cambiariforme	854
2.10 Competência	855
2.11 Legitimação <i>ad causam</i>	856
2.11.1 Legitimidade ativa	856
2.11.2 Legitimidade passiva	857
2.12 Prestações sucessivas	857
2.13 Causa de pedir	859
2.14 Pedido	860
2.15 Efeitos da consignação	861
2.16 Procedimento da consignação em pagamento	861
2.16.1 Procedimento extrajudicial	861
2.16.2 Procedimento judicial em caso de mora do credor	865
2.16.2.1 Petição inicial	865
2.16.2.2 Valor da causa	865
2.16.2.3 Depósito	866
2.16.2.4 Obrigação alternativa	867
2.16.2.5 Citação	867
2.16.2.6 Resposta do demandado	867
2.16.2.7 Complementação do depósito	869
2.16.2.8 Sentença	871
2.16.3 Procedimento judicial com risco de pagamento ineficaz	872
2.17 Resgate da enfiteuse	875
2.18 Consignação de aluguéis e acessórios na locação	876

CAPÍTULO 3

Ação de exigir contas	877
3.1 Noções gerais	877
3.2 Natureza jurídica	878
3.3 Cabimento	879
3.4 Legitimação e interesse	879
3.5 Organização e prova das contas	881

3.6	A prestação de contas ativa	882
3.6.1	Sucumbência	884

CAPÍTULO 4

Ações possessórias	885	
4.1	Noções gerais	885
4.2	Procedimento especial	886
4.3	O procedimento comum e o procedimento sumaríssimo do Juizado Especial	892
4.4	A liminar e sua natureza jurídica	892
4.5	A ação de natureza dúplice	894
4.6	Fungibilidade dos procedimentos	895
4.7	Espécies de proteção possessória	896
4.8	A natureza das ações possessórias: real ou pessoal?	897
4.9	Incidentes nas ações possessórias	898
4.9.1	Embargos de terceiro	898
4.9.2	Embargos de retenção	899
4.9.3	Nomeação à autoria e denúncia da lide	899
4.10	Procedimento de manutenção, da reintegração da posse e do interdito proibitório – peculiaridades dos procedimentos	900
4.10.1	Ação de manutenção de posse	900
4.10.2	Ação de reintegração de posse	902
4.10.3	Interdito proibitório	903
4.11	A sentença nas ações de manutenção de posse, de reintegração de posse e no interdito proibitório	905
4.12	A fase de execução do julgado	905

CAPÍTULO 5

Ação de demarcação e ação de divisão de terras particulares	907	
5.1	Noções gerais	907
5.2	Legitimidade	908
5.3	Natureza dúplice das ações divisória e demarcatória	910
5.4	Foro competente	910
5.5	Procedimento	910
5.5.1	Disposições gerais	910
5.5.2	Ação de demarcação	911
5.5.3	Ação de divisão	914

CAPÍTULO 6

Ação de dissolução parcial de sociedade	917	
6.1	Considerações	917
6.2	A dissolução das sociedades	917

6.3	Cabimento da dissolução parcial de sociedades	918
6.4	Legitimidade para agir	919
6.5	Procedimento de dissolução	919

=====**CAPÍTULO 7**

Ação de inventário e partilha	923	
7.1	Noções gerais	923
7.2	Inventário negativo	924
7.3	Competência	925
7.4	Universalidade de foro da sucessão	926
7.5	Questões de “alta indagação”	927
7.6	Administrador provisório e inventariante	927
7.7	Legitimidade	930
7.8	Cumulação de ações no inventário	930
7.9	Procedimento do inventário	931
7.9.1	Petição inicial	931
7.9.2	Primeiras declarações	932
7.9.3	Citações e interveniências	932
7.9.4	Avaliação judicial	934
7.9.5	Últimas declarações	934
7.9.6	Cálculo do imposto	934
7.9.7	Colações	935
7.9.8	Sonegação	936
7.9.9	Pagamento das dívidas	936
7.10	A partilha	937
7.10.1	Conceito e espécies	937
7.10.2	Partilha judicial. Petição de quinhão. Deliberação. Princípios	938
7.10.3	Esboço e lançamento da partilha	939
7.10.4	Sentença da partilha	941
7.10.5	Pacto de não partilhar	942
7.10.6	A emenda ou retificação da partilha	943
7.10.7	A partilha e as ações de investigação de paternidade, de petição de herança e de nulidade de testamento	943
7.10.8	Invalidação da partilha	944
7.10.9	Partilha amigável e partilha judicial	945
7.10.10	Ação rescisória de partilha	947
7.11	O arrolamento	948
7.11.1	Procedimento do arrolamento sumário	949
7.11.2	Procedimento do arrolamento comum	950
7.12	Das disposições comuns	951
7.12.1	Medidas cautelares (art. 668)	951

7.12.2	Sobrepilha (art. 669)	952
7.12.3	Curatela especial ao herdeiro (art. 671)	952
7.12.4	Inventários acumulados (arts. 672 e 673)	953
7.12.5	Honorários de advogado	953
7.12.6	Extinção do processo por paralisação da causa	954
7.12.7	Assistência judiciária	954
7.12.8	Terceiros prejudicados (art. 674)	954

CAPÍTULO 8

Embargos de terceiro	955
8.1 Noções gerais	955
8.2 Natureza jurídica	955
8.3 Cabimento e conteúdo	956
8.4 Legitimidade	957
8.5 Prazo	960
8.6 Competência	961
8.7 Procedimento	962

CAPÍTULO 9

Oposição	967
9.1 Noções gerais	967
9.2 Natureza jurídica	967
9.3 Cabimento	968
9.4 Legitimidade	968
9.5 Competência	969
9.6 Procedimento	969

CAPÍTULO 10

Habilitação	971
10.1 Noções gerais	971
10.2 Natureza jurídica	972
10.3 Cabimento	972
10.4 Legitimidade	972
10.5 Competência	973
10.6 Procedimento	973

CAPÍTULO 11

Ações de família	975
11.1 Noções gerais	975
11.2 Cabimento e legitimidade	975
11.3 Competência	976
11.4 Procedimento	976

CAPÍTULO 12

Ação monitoria	979
12.1 Noções gerais	979
12.2 Características	980
12.3 Natureza jurídica	980
12.4 Objeto e alcance da ação monitoria	981
12.5 Requisito específico da ação monitoria	982
12.5.1 Prova escrita	982
12.6 Legitimidade para a ação monitoria	984
12.7 Juízo sumário	985
12.8 Competência no processo monitorio	985
12.9 Petição inicial. Mandado de pagamento ou de entrega	986
12.10 Natureza do mandado liminar. Extensão de sua eficácia	987
12.11 Formação do título executivo	990
12.12 Ônus da prova no processo monitorio	990
12.13 Procedimento	991
12.14 Embargos monitorios	993
12.15 Reconvenção	996
12.16 Assistência e litisconsórcio	997
12.17 Revelia no processo monitorio	997
12.18 Natureza dos embargos	998
12.19 Tutela provisória	998
12.20 Cabimento de audiência de conciliação	999
12.21 Litispendência. Coisa julgada. Questões processuais e de mérito	999
12.22 Honorários advocatícios. Despesas processuais. Isenção	1000
12.23 Ação monitoria contra a Administração Pública	1001

CAPÍTULO 13

Homologação de penhor legal	1003
13.1 Conceituação de penhor	1003
13.2 Penhor legal no CPC	1003

CAPÍTULO 14

Regulação de avaria grossa	1007
14.1 Noções gerais	1007
14.2 Cabimento, legitimidade e conteúdo	1008
14.3 Competência	1009
14.4 Procedimento	1009

CAPÍTULO 15

Restauração de autos	1011
----------------------------	------

15.1	Noções gerais	1011
15.2	Natureza jurídica e cabimento	1011
15.3	Legitimidade	1012
15.4	Competência	1012
15.5	Procedimento	1013
15.6	Sentença	1014
15.7	Restauração dos autos no tribunal	1014
15.8	Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	1015

CAPÍTULO 16

Disposições gerais de procedimentos especiais de jurisdição voluntária		1017
16.1	Características da jurisdição voluntária	1017
16.2	Procedimento	1019
16.3	A jurisdição voluntária no CPC	1021

CAPÍTULO 17

Das notificações e das interpelações		1023
17.1	Noções gerais	1023
17.2	Procedimento	1023

CAPÍTULO 18

Alienação judicial		1025
18.1	Noções gerais	1025
18.2	Procedimento	1026

CAPÍTULO 19

Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio		1029
19.1	Noções gerais	1029
19.2	Legitimidade e competência	1030
19.3	Procedimento	1031
19.4	Sentença	1032
19.5	Revisão e rescisão do acordo de separação	1033

CAPÍTULO 20

Testamentos e codicilos		1035
20.1	Noções gerais	1035
20.2	Competência	1036
20.3	Procedimento	1036
20.4	Sentença	1037

CAPÍTULO 21

Herança jacente		1039
-----------------	--	------

21.1	Noções gerais	1039
21.2	Competência	1040
21.3	Legitimidade	1040
21.4	Procedimento	1040
21.5	Administração da herança	1041
21.6	Declaração de vacância	1042

CAPÍTULO 22

	Bens do ausente	1043
22.1	Noções gerais	1043
22.2	Competência	1044
22.3	Procedimento	1044

CAPÍTULO 23

	Coisas vagas	1047
23.1	Noções gerais	1047
23.2	Legitimidade e competência	1047
23.3	Procedimento	1048

CAPÍTULO 24

	Interdição	1051
24.1	Noções gerais	1051
24.2	Legitimidade	1052
24.3	Competência	1052
24.4	Procedimento	1052
24.5	Sentença	1054
24.6	Levantamento da interdição	1054
24.7	O curador	1055
24.8	Disposições comuns à tutela e à curatela	1055
24.9	A nova sistemática trazida pela lei de inclusão da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/2015)	1057

CAPÍTULO 25

	Organização e fiscalização das fundações	1063
25.1	Noções gerais	1063
25.2	Procedimento	1063
25.3	Extinção das fundações	1064

CAPÍTULO 26

	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	1065
26.1	Noções gerais	1065

26.2	Competência	1065
26.3	Legitimidade	1065
26.4	Procedimento	1065

SEÇÃO III

Processo de Execução	1067
----------------------------	------

CAPÍTULO 1

Teoria geral da execução	1067
1.1 Breve histórico do novo processo civil	1067
1.2 Disposições gerais	1068
1.3 Características da execução	1070
1.4 Aplicação subsidiária das normas cognitivas à execução	1071
1.5 Princípios da execução	1071
1.5.1 Princípio da cartularidade	1073
1.5.2 Princípio da efetividade da execução	1073
1.5.3 Princípio do menor sacrifício possível para o executado	1074
1.5.4 Princípio do contraditório	1074
1.5.5 Princípio do desfecho único	1075
1.6 Das partes no processo de execução	1075
1.6.1 Noções gerais	1075
1.6.2 Legitimação	1076
1.6.2.1 Legitimados ativos	1076
1.6.2.2 Legitimados passivos	1078
1.6.3 Incidentes	1080
1.6.4 Litisconsórcio	1081
1.6.5 Intervenção de terceiros	1082
1.6.6 Cumulação de execuções	1084
1.7 Jurisdição e competência na relação processual executiva	1085
1.7.1 Limites e controle da jurisdição no processo executivo	1085
1.7.2 Competência	1085
1.7.3 Competência na execução de título extrajudicial	1086
1.7.3.1 Foro competente para a ação do cheque	1086
1.7.3.2 Foro competente para a duplicata	1087
1.7.3.3 Foro competente para a nota promissória	1087
1.7.3.4 Foro competente para a execução de hipoteca e de aluguéis	1087
1.7.4 Competência na execução fiscal	1087
1.7.5 Competência nos processos incidentais	1088
1.7.6 Competência na insolvência civil	1089
1.8 Requisitos da execução	1089

1.8.1	Noções gerais	1089
1.8.2	Inadimplemento do devedor	1089
1.8.2.1	<i>Exception non rite adimpleti contractus</i>	1091
1.8.2.2	<i>Exception non adimpleti contractus</i>	1091
1.8.3	Título executivo	1091
1.8.3.1	Conceito	1092
1.8.3.2	Natureza jurídica	1092
1.8.3.3	Classificação	1093
1.8.4	Modalidades de títulos executivos extrajudiciais	1094
1.8.4.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	1094
1.8.4.2	Instrumento público ou privado de confissão de dívida	1094
1.8.4.3	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	1095
1.8.4.4	O contrato de seguro de vida em caso de morte	1095
1.8.4.5	Crédito decorrente de foro ou laudêmio	1095
1.8.4.6	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	1095
1.8.4.7	Certidão da Dívida Ativa da Fazenda Pública	1095
1.8.4.8	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	1096
1.8.4.9	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas	1096
1.8.4.10	Outros títulos extrajudiciais	1096
1.8.5	Da exigibilidade da obrigação	1098
1.8.5.1	Certeza	1098
1.8.5.2	Liquidez	1098
1.8.5.3	Exigibilidade	1099
1.9	Da responsabilidade patrimonial	1100
1.9.1	Noções gerais	1100
1.9.2	Bens do devedor	1100
1.9.3	Fraude à execução e fraude contra credores	1105
1.9.4	Alienação de bem penhorado	1109
1.9.5	Registro do arresto ou da penhora e sua finalidade	1110
<hr/> <hr/> <hr/> CAPÍTULO 2		
	Das diversas espécies de execução	1113

2.1	Disposições gerais	1113
2.2	Procedimentos executivos existentes	1117
2.3	Execução provisória e definitiva	1118
2.4	Meios de execução	1119
2.4.1	Sub-rogação (execução direta).....	1119
2.4.2	Coerção ou coação (execução indireta).....	1120

=====**CAPÍTULO 3**

Execução para a entrega de coisa		1121
3.1	Execução para entrega de coisa certa	1121
3.2	Execução para entrega de coisa incerta	1123

=====**CAPÍTULO 4**

Execução das obrigações de fazer e de não fazer		1125
4.1	Disposições comuns	1125
4.1.1	Meios executivos	1126
4.1.2	Astreintes	1126
4.2	Execução das obrigações de fazer	1129
4.2.1	Processo de execução	1129
4.2.2	Da conversão em perdas e danos	1131
4.2.3	Prática do fato por terceiro	1131
4.2.4	Execução da obrigação pelo credor	1132
4.2.5	Cumprimento da obrigação	1133
4.3	Execução das obrigações de não fazer	1134

=====**CAPÍTULO 5**

Execução por quantia certa		1137
5.1	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	1137
5.2	Execução por quantia certa contra devedor solvente	1140
5.2.1	Disposições gerais	1140
5.2.2	Citação do devedor e arresto	1141
5.2.3	Penhora, depósito e avaliação	1144
5.2.3.1	Objeto da penhora	1144
5.2.3.2	Documentação da penhora, seu registro e depósito	1152
5.2.3.3	Lugar da realização da penhora	1154
5.2.3.4	Modificações da penhora	1154
5.2.3.5	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	1157
5.2.3.6	Penhora de créditos	1159
5.2.3.7	Penhora de quotas ou de ações de sociedades personalizadas	1160

5.2.3.8	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1161
5.2.3.9	Penhora de percentual de faturamento da empresa	1161
5.2.3.10	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1162
5.2.3.11	Avaliação	1163
5.2.4	Expropriação de bens	1169
5.2.5	Satisfação do crédito	1181
<hr/> <hr/> <hr/> CAPÍTULO 6		
	Execução contra a Fazenda Pública	1185
<hr/> <hr/> <hr/> CAPÍTULO 7		
	Execução de alimentos	1191
<hr/> <hr/> <hr/> CAPÍTULO 8		
	Execução fiscal	1195
8.1	Introdução	1195
8.2	Procedimento	1196
<hr/> <hr/> <hr/> CAPÍTULO 9		
	Defesa do executado: embargos, objeção de pré-executividade e ação autônoma	1201
9.1	Noções gerais	1201
9.2	Procedimento	1202
9.3	Da defesa do executado contra arrematação, adjudicação e alienação	1206
9.4	Exceção de pré-executividade	1207
9.4.1	Procedimento	1209
<hr/> <hr/> <hr/> CAPÍTULO 10		
	Suspensão e extinção do processo de execução	1211
10.1	Suspensão do processo de execução	1211
10.2	Extinção do processo de execução	1213
<hr/> <hr/> <hr/> SEÇÃO IV		
	Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais	1217
<hr/> <hr/> <hr/> CAPÍTULO 1		
	Da ordem dos processos no Tribunal	1217
1.1	Noções preliminares	1217
1.1.1	A geografia da matéria no CPC/2015	1217
1.1.2	Escorço histórico	1217

1.2	Mecanismos de uniformização	1220
1.2.1	Precedentes	1220
1.2.2	Modulação temporal	1228
1.3	Procedimento recursal	1237
1.4	O relator e seus poderes	1245
1.5	Correição parcial	1248
1.6	As súmulas no direito brasileiro: evolução e situação atual	1250

CAPÍTULO 2

	Processos, incidentes e ações	1257
2.1	Noções preliminares	1257
2.2	Assunção de competência	1258
2.2.1	Procedimento	1261
2.3	Arguição de inconstitucionalidade	1262
2.3.1	Iniciativa e momento da arguição da inconstitucionalidade	1263
2.3.2	Órgão perante o qual se argui	1264
2.3.3	Procedimento	1265
2.4	Conflito de competência	1267
2.5	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	1269
2.5.1	Competência para a homologação	1271
2.5.2	Decisões sujeitas à homologação	1271
2.5.3	Decisões arbitrais	1272
2.5.4	Requisitos	1274
2.5.5	A homologação da decisão	1274
2.5.6	Procedimento	1275
2.5.7	Homologação de decisão e lide nacional	1278
2.5.8	Execução da sentença homologada	1279
2.6	Ação rescisória	1279
2.6.1	Decisões de mérito e cabimento da ação rescisória	1282
2.6.2	Impugnação de descumprimento de súmula vinculante	1283
2.6.3	Legitimidade para a ação rescisória e intervenção de terceiros	1284
2.6.4	Depósito de 5% do valor da causa	1285
2.6.5	Competência	1286
2.6.6	Prazo para propor a ação	1286
2.6.7	Pressupostos da rescisão	1288
2.6.8	Tutela provisória na ação rescisória	1295
2.6.9	Procedimento	1296
2.6.10	Execução da sentença rescindenda	1300
2.7	Ação anulatória	1300
2.8	O incidente de resolução de demandas repetitivas	1303

2.8.1	Natureza do incidente	1303
2.8.2	Influência do direito estrangeiro	1303
2.8.3	Cabimento	1305
2.8.4	Regras gerais	1307
2.8.5	Procedimento	1310
2.9	Reclamação	1316
2.9.1	Procedimento	1321

CAPÍTULO 3

	Teoria geral dos recursos	1323
3.1	Noções preliminares	1323
3.2	Natureza jurídica dos recursos	1325
3.3	Duplo grau de jurisdição	1326
3.4	Atos sujeitos a recurso	1326
3.5	Prazo para interposição do recurso	1327
3.6	Legitimidade e interesse para recorrer	1331
3.7	Princípios relativos aos recursos	1333
3.8	Classificação dos recursos	1335
3.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1339
3.10	Efeitos dos recursos	1344
3.11	Modulação dos efeitos temporais da decisão nos recursos	1347
3.12	Desistência do recurso	1349
3.13	Renúncia ao direito de recorrer	1350
3.14	Aquiescência	1352

CAPÍTULO 4

	Recursos em espécie	1353
4.1	Apelação	1353
4.1.1	Cabimento do recurso	1353
4.1.2	Prazo para interposição	1356
4.1.3	Efeitos da apelação	1357
4.1.4	Recebimento da apelação	1361
4.2	Agravo	1362
4.2.1	Prazo para interposição	1363
4.2.2	Efeitos do agravo	1363
4.2.3	Agravo de instrumento	1364
4.2.4	Agravo interno	1371
4.3	Embargos de declaração	1372
4.3.1	Prazo para interposição	1375
4.3.2	Efeitos dos embargos de declaração	1376
4.3.3	Procedimento	1379

CAPÍTULO 5

Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	1381
5.1 Recurso ordinário constitucional	1381
5.1.1 Natureza e definição	1381
5.1.2 Competência	1382
5.1.3 Requisitos de admissibilidade e procedimento	1383
5.2 Recurso especial e recurso extraordinário	1385
5.2.1 Histórico	1385
5.2.2 Recurso especial	1388
5.2.3 Recurso extraordinário	1392
5.2.3.1 A repercussão geral do recurso extraordinário	1400
5.2.4 Efeitos do recurso especial e extraordinário	1409
5.2.5 Interposição dos recursos especial e extraordinário	1411
5.2.6 Ordem do julgamento dos recursos especial e extraordinário	1413
5.3 O julgamento na hipótese dos recursos repetitivos	1414
5.3.1 Visão geral do procedimento	1414
5.3.2 O papel do relator	1419
5.3.3 O art. 256 do Regimento Interno do STJ	1424
5.3.4 A possibilidade de consenso nos julgamentos repetitivos	1427
5.4 Agravo em recurso especial e extraordinário	1433
5.5 Embargos de divergência	1435

SEÇÃO V

Disposições Finais e Transitórias	1439
-----------------------------------	------

CAPÍTULO 1

Das disposições finais e transitórias do CPC	1439
1.1 Disposições de direito transitório e parâmetros para a aplicação das normas do CPC/2015	1439
1.2 Disposições relativas a usucapião administrativa	1451
Referências	1469